

A TRANSIÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA DA “ASCENSÃO PACÍFICA” PARA O “SONHO CHINÊS” À LUZ DO DEBATE TEÓRICO DE RI NA CHINA

The Transition in Chinese Foreign Policy from “Peaceful Rise” to “Chinese Dream” in the Light of IR Theoretical Debate in China

Isabela Nogueira

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Letícia Eloí Meira Fona

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Informações do artigo

Recebido em 13/04/2022

Aceito em 06/05/2022

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p86-108>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Como ser citado (modelo ABNT)

NOGUEIRA, Isabela; FONA, Letícia Eloí Meira. A transição na política externa da “ascensão pacífica” para o “sonho chinês” à luz do debate teórico de ri na China.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 86-108, jan./abr. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p86-108>

Resumo

No final da década de 2010, é perceptível a mudança no perfil de política externa adotada pela China, por meio da transição do modelo de baixo perfil da Ascensão Pacífica para a assertividade do Sonho Chinês, introduzido por Xi Jinping. Ao mesmo tempo, desenvolve-se no país o campo teórico das Relações Internacionais com muitos expoentes na atualidade, com destaque para Yan Xuetong, com sua teoria do Realismo Moral, e Qin Yaqing, com a Teoria Relacional. Tais teorias adotam a perspectiva filosófica e cultural chinesa para analisar a política internacional a partir de uma perspectiva própria. Este artigo tem como objetivo analisar como a transição é interpretada pelas diferentes teorias de RI chinesas, expondo o debate acadêmico existente e suas premissas teóricas. Conclui-se que, ainda que haja consenso quanto à China ter vivenciado mudanças em sua política externa, os teóricos do Realismo Moral enfatizam o abandono do baixo perfil, enquanto os teóricos da Teoria Relacional destacam os elementos de continuidade, implicando diferentes interpretações sobre os erros e acertos da política externa atual de Xi Jinping.

Palavras-Chave: China. Política Externa. Ascensão Pacífica. Sonho Chinês. Teorias de RI.

Abstract

By the end of 2010s, the change in the foreign policy profile adopted by China is noticeable, through the transition from the low-profile model of the Peaceful Rise to the assertiveness of the Chinese Dream, introduced by Xi Jinping. At the same time, the theoretical field of International Relations it is developed in the country with many exponents, with emphasis on Yan Xuetong, whose theory is Moral Realism, and Qin Yaqing, whose is Relational Theory. Such theories adopt the Chinese philosophical and cultural perspective to analyze international politics from its own perspective. This article aims to analyze how the transition is interpreted by the different Chinese IR theories, exposing the existing academic debate and its theoretical premises. We conclude that, although there is consensus that China has experienced changes in its foreign policy, Moral Realism theorists emphasize the abandonment of the low profile, while Relational Theory theorists highlights the elements of continuity, implying different interpretations of the mistakes and successes of Xi Jinping's current foreign policy.

Keywords: China. Foreign Policy. Peaceful Rise. Chinese Dream. IR Theories.

INTRODUÇÃO

Ao fim da década de 2010, a China se encontra em uma posição consolidada no Sistema Internacional, em um cenário de possível disputa hegemônica com os EUA. Ao longo dessa década, observou-se, também, a transição da política externa chinesa da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês, elaborado por Xi Jinping, ao assumir a liderança do Partido Comunista Chinês e o posto de presidente da China. Até então, a inserção internacional chinesa, por meio da Ascensão Pacífica, era caracterizada sobretudo por seu baixo perfil (*keeping a low profile*), visando, principalmente, à garantia de um ambiente internacional pacífico e favorável ao desenvolvimento econômico chinês. No entanto, após a crise internacional de 2008 e a partir do início do governo de Xi Jinping em 2012, percebeu-se o afastamento da política externa chinesa do baixo perfil. A política externa passou a caracterizar-se pela assertividade na defesa e conquista dos interesses nacionais chineses (*striving for achievement*). Essa transição ficou clara com a implementação do Sonho Chinês que deslocou o objetivo central do desenvolvimento econômico, única e exclusivamente, para o “rejuvenescimento nacional”. Com o Sonho Chinês, a China passou não só a adotar um comportamento mais proativo no Sistema Internacional, assumindo maiores responsabilidades quanto à governança global, como também a se inserir mais multilateralmente.

Em paralelo à transição da política externa chinesa, o campo acadêmico chinês, dedicado às Relações Internacionais, vivencia um momento fértil. Visando à construção de teorias de RI chinesas, isto é, que adotassem o pensamento filosófico clássico chinês como base para analisar as relações interestatais tanto da China quanto dos demais países, a academia chinesa dedica-se ao estudo da transição. Atualmente, a academia chinesa ainda debate a ocorrência efetiva dessa transição e, indo além, debate qual a melhor estratégia de política externa para o país. Há uma grande divisão entre os teóricos quanto à caracterização do atual modelo. Logo, questiona-se: como a transição do modelo de política externa é interpretada e entendida pelas diferentes linhas de Relações Internacionais na China?

Este artigo visa responder a essa pergunta a partir da exposição do debate teórico vivenciado na China, da análise da transição e dos modelos de política externa chineses, bem como da apresentação das múltiplas interpretações desse processo. Parte-se da hipótese de que a transição de fato ocorreu e que ela é vista e interpretada de diferentes formas pelas

teorias de RI chinesas, fato que fomentou e moldou a produção acadêmica da China nos últimos anos.

Para tal, este artigo se divide em quatro seções, fora esta primeira introdução. Na próxima seção, discute-se o debate teórico das RIs na China, apresentando as teorias de RI de Yan Xuetong e Qin Yanqing; na terceira seção, apresentam-se os modelos de política externa da Ascensão Pacífica e do Sonho Chinês; na quarta, expõe-se como a transição ocorrida é observada segundo as diferentes interpretações de Yan e Qin; na quinta seção, discute-se como as diferentes visões teóricas estão sendo incorporadas no debate acadêmico chinês. Por fim, algumas considerações finais serão expostas. Do ponto de vista metodológico, será realizada uma revisão dos teóricos chineses de RI mais relevantes da contemporaneidade, além de uma revisão da literatura recente sobre a temática da transição da política externa chinesa. De partida, ressaltamos o limite da pesquisa no que tange ao domínio do idioma. Tendo em vista o domínio limitado do mandarim pelas autoras deste artigo, a revisão teórica e da literatura se reduziu às publicações em inglês e português sobre a temática proposta.

AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA

O desenvolvimento do campo das RI e, principalmente, do campo teórico das RI é bastante recente na China, tendo sido iniciado em “consequência do próprio processo de abertura do país, iniciado em fins dos anos 1970” (MONTENEGRO, 2015, p.4 e 5) e da sua rápida reinserção no Sistema Internacional capitalista. Segundo Qin (2009), o desenvolvimento do estudo das RI como disciplina acadêmica se divide em três momentos: pré-teórico, aprendizagem da teoria e inovação da teoria. Segundo o autor, foi apenas na transição da primeira para a segunda fase que as teorias ocidentais de RI começaram a ser introduzidas na China, fato seguido de “substancial debate entre acadêmicos que seguiam as tradições realista e liberal” (QIN, 2009, p.189).

Ainda na atualidade, as principais teorias adotadas por pesquisadores chineses são as teorias tradicionais ocidentais. Como ressaltava Qin, “a política e o comportamento externos chineses têm sido amplamente explicados pelos três recortes teóricos emprestados do Ocidente, isto é, Realismo, Liberalismo e Construtivismo” (QIN, 2009, p.186). No entanto, cada vez mais a percepção de que estas abordagens teóricas são insuficientes e falhas em

explicar a China e sua política externa tem se popularizado, impulsionando a demanda pela criação de teorias chinesas de RI e gerando um debate dentro do meio acadêmico do país. O objetivo dos pesquisadores chineses envolvidos nesse debate consiste na criação de teorias de RI propriamente chinesas, a partir da análise de pensadores antigos, pré-Qin (antes da unificação), visando enriquecer o campo teórico das RI com reflexões advindas da filosofia chinesa (YAN, 2011, p.21).

Nesse contexto, o estudo das discussões teóricas dos acadêmicos chineses mostra-se essencial uma vez que a produção acadêmica chinesa sobre RI consiste na principal fonte sobre a política externa da China, além do “papel único que os acadêmicos chineses exercem no processo de tomada de decisão dentro sistema político de partido único da China” (FENG, HE, 2020, p.19). Ademais, ainda segundo Feng e He (2020), o estudo dos acadêmicos chineses de teoria de RI possibilita a percepção das fronteiras e direções futuras que a política externa chinesa seguirá. Logo, este artigo visa expor as principais teorias de RI chinesas promovidas na atualidade. Para tal, serão apresentadas e analisadas a teoria do Realismo Moral de Yan Xuetong (defensor da criação de uma teoria de RI com características chinesas) e a Teoria Relacional de Qin Yaqing (defensor da criação de uma escola chinesa de teoria de RI).

O Realismo Moral de Yan Xuetong

Yan Xuetong se destaca como um dos teóricos mais influentes, com seu olhar “nacionalista assertivo” (YAN, 2011, p.1) e sua percepção do sistema como hierárquico. Olhar no qual o grande diferencial consiste em afirmar que a dominação exercida por um Estado ocorre sobretudo em razão de uma liderança moral, em vez de econômica ou militar (Ibidem, p.2 e 3), o que o levou a consolidar uma teoria de Relações Internacionais chamada de Realismo Moral.

O autor apresenta sua teoria em oposição à visão, segundo ele, equivocada que muitos autores realistas possuem do próprio realismo quanto à influência da moralidade na política internacional. Na visão de Yan, “o realismo aborda a moralidade a partir de uma perspectiva instrumental” (YAN, 2019, p.3), isto é, como instrumento da política. Em sua defesa da importância do papel da moral na política dos estados, Yan se apoia nos autores

clássicos de RI como Morgenthau e Carr: “[...] o realismo clássico nem nega o papel da moralidade nem ignora seu efeito na capacidade de poder do estado” (p.4).

Assim como as demais teorias, o Realismo Moral se dedica a explicar a transição de poder entre potências, no entanto, focando sobretudo no que leva à ascensão de uma nova potência, em vez de apenas focar no declínio da potência hegemônica. Na perspectiva do Realismo Moral, essa transição de poder ocorre através da superação da liderança moral do Estado em ascensão em relação ao dominante.

Na perspectiva do Realismo Moral, a moralidade tem tanta influência na política quanto poder e capacidade, uma vez que ela auxilia o processo de conquista das preferências estratégicas de um Estado. Isto posto, Yan define o Realismo Moral como “[...] a abordagem para compreender o comportamento de uma grande potência quando a moral é um fator contribuidor para as preferências estratégicas da liderança” (YAN, 2019, p.7). É importante destacar que a moralidade adotada na teoria se refere às instâncias governamental e internacional, sendo julgada a partir de códigos universais da moral, reconhecidos por todos os Estados, independente da cultura. Segundo Yan, existem cinco pares de valores éticos que são reconhecidos por todos os povos e moldam os códigos morais universalmente aceitos: cuidar/prejudicar, justiça/trapaça, lealdade/traição, autoridade/subversão e santidade/degradação (2019, p.10). Esses fundamentos são a base da moralidade internacional que molda a liderança moral dos Estados.

Além dessa definição, Yan diferencia os conceitos de poder, capacidade e autoridade. Em sua visão, poder consiste em influência política, sendo, portanto, um elemento do poder nacional. Por sua vez, capacidade é vista pelo autor como força e, assim sendo, constitui-se em um elemento definidor dos interesses nacionais (YAN, 2019, p.12). Logo, é a capacidade do Estado que determina os seus interesses nacionais e permite que estes sejam categorizados em “quatro grupos de status internacional: dominante, ascendente, regional, e estados menores” (Ibidem, p.14). O autor também diferencia autoridade de poder, a partir da perspectiva filosófica chinesa: “[...] os dois conceitos, em que *quanli* (权力, poder) significa direito ou dever coercitivo legítimo enquanto *quanwei* (权威, autoridade) significa prestígio ou confiança popular [...]” (Ibid., p.16). Nesse contexto, a autoridade é baseada na confiança dos seguidores em relação a quem lidera, podendo contribuir para o incremento de poder, mas não necessariamente ser incrementada por ele. A credibilidade estratégica do líder é

obtida a partir do exercício de uma liderança moral (baseada nos códigos universalmente aceitos) e, logo, ela é a base dessa liderança.

Segundo Yan, uma “[...] alta credibilidade estratégica é a uma pré-condição para um estado líder estabelecer autoridade internacional” (Ibid, p.19). Além disso, na perspectiva teórica do autor, a credibilidade estratégica e, por consequência, a autoridade de um país aumentam a partir da adoção de ações morais. Ademais, “o nível da credibilidade estratégica de um estado líder se relaciona positivamente com seu status internacional e a durabilidade de sua liderança” (Ibid., p.22).

A credibilidade estratégica é uma parte essencial da autoridade internacional e é adquirida justamente por meio da adoção de ações morais pelos Estados. A credibilidade estratégica de um Estado está intrinsicamente ligada à sua consistência moral no cenário internacional, isto é, à proteção a seus aliados, à punição de Estados que gerem o caos e o conflito, por exemplo. Possuir credibilidade estratégica impulsiona a autoridade moral de um Estado, o que, por sua vez, incrementa sua influência, isto é, seu poder internacional. O incremento de poder, no entanto, pode ocorrer ao mesmo tempo em que há declínio de sua autoridade internacional, justamente se um Estado agir contra a moral internacional, reduzindo sua credibilidade estratégica (YAN, 2019, p.18).

Neste cenário, a credibilidade estratégica é um fator básico, fundamental, para o estabelecimento de uma autoridade moral. A moralidade, portanto, é um elemento central no aumento da influência de um Estado e no apoio de sua liderança pelos demais. Ela não apenas impacta diretamente a autoridade de um Estado, mas também a sua capacidade, uma vez que a “aderência aos códigos morais internacionais aumenta a legitimidade da mobilização de apoio de um Estado líder tanto domesticamente quanto no exterior. Isso aumenta o poder internacional de um Estado, o que, por sua vez, se transforma em capacidade material.” (Ibidem, p.20, tradução nossa¹).

De forma resumida, a Teoria do Realismo Moral desenvolvida por Yan Xuetong também resgata o pensamento clássico chinês, trazendo principalmente o conceito da moralidade para o centro da formulação realista. Apoiando-se também na visão do realismo

¹ “Adherence to international moral codes enhances the legitimacy of a leading state’s mobilization of support both at home and abroad. This raises the state’s international power, which then transforms into its material capability.”

clássico quanto à relevância da moralidade na política internacional, Yan elaborou uma teoria cujo fator determinante na ascensão de uma nova potência internacional é o exercício da autoridade humana, por meio de uma elevada credibilidade estratégica. A moralidade, neste contexto, é internacional, baseando-se apenas nos códigos morais internacionalmente aceitos e compartilhados entre os Estados. Diferenciando poder, capacidade e autoridade, o Realismo Moral enxerga na autoridade o principal fator para a durabilidade de uma ordem internacional regida por um país líder. Ainda que não negue a importância da força (capacidade) e da influência (poder), Yan argumenta que a autoridade existe e se amplia mesmo em um contexto de disparidade material entre o Estado em ascensão e o dominante, defendendo que a autoridade possibilita adquirir recursos materiais, mas o incremento dos recursos materiais não necessariamente promoverá a autoridade, que deve ser voluntariamente concedida pelos demais Estados.

A Teoria Relacional de Qin Yaqing

Qin Yaqing, do mesmo modo que Yan Xuetong, é considerado um importante nome das Relações Internacionais chinesas. Apesar de também ter como propósito a formulação de uma teoria de RI com características chinesas, que possibilite a compreensão da condução da política externa chinesa em seus próprios termos, sua teoria se afasta bastante do Realismo Moral de Yan, partindo de uma perspectiva relacional ou dialética. Na teoria de Qin, o conceito de *background knowledge* encontra-se no centro da atuação política dos Estados e, no caso da China, a dialética *zhongyong* é o principal elemento do pensamento político chinês.

A Teoria Relacional das Relações Internacionais parte da perspectiva de que a cultura é um elemento essencial na construção social de uma teoria por fornecer o *background knowledge* que a molda (QIN, 2016, p.33). Ela parte de um princípio caro ao chamado “pensamento oriental” da relacionalidade e possui três concepções principais: “primeiro, o mundo das RI é um universo inter-relacionado” (Ibidem, p.35); “segundo, atores são e apenas podem ser atores em relações. Isto significa que identidades e papéis dos atores sociais são moldados pelas relações sociais” (Ibid., p.36); “terceiro, processo, um conceito chave na teoria relacional, é definido em termos de relações em movimento” (Ibid., p.37). A partir dessas considerações, percebe-se que a Teoria Relacional tem como elemento central a

relação, tanto na perspectiva do sistema, quanto na formação da identidade dos próprios atores. Tudo é definido por meio da análise das relações que estão incorporadas naquele contexto. Segundo Qin (2016), a ação social dos atores é sempre baseada nas relações, isto é, um ator tende a tomar decisões de acordo com os tipos e graus de relacionamentos que tem com outros atores. Existem, segundo o autor, múltiplos tipos de relações entre atores, tais como aliados e inimigos. No entanto, um ponto central da teoria é o *background knowledge* chinês, a dialética *zhongyong*, e sua percepção da harmonia como ponto ideal da sociedade.

O autor argumenta que “[...] *background knowledge* possui um papel importante na orientação da ação social. [...] a dialética *Zhongyong*, ou dialética complementar, constituiu um componente central do *background knowledge*, e, portanto, estabelece aqui o recorte teórico para a discussão da estratégia internacional da China” (QIN, 2014, p.288). Qin utiliza da abordagem prática das relações internacionais que aponta o *background knowledge*, aqui compreendido como o conhecimento adquirido por meio da experiência histórica, como o elemento central que guia as decisões políticas, não o conhecimento lógico (*representational knowledge*). O autor ainda critica a Teoria Realista, afirmando que, apesar desta se colocar como um cálculo lógico das RI, ela é, na realidade, incorporada no *background knowledge* Ocidental que consiste na dialética dicotômica hegeliana.

Qin faz uma contraposição entre a dialética hegeliana e a dialética *Zhongyong*, de forma a defender o uso da tradição filosófica chinesa na análise da estratégia de inserção internacional da China. Enquanto a dialética hegeliana é constituída de “[...] dois polos ou opostos em uma estrutura dicotômica mutualmente exclusiva [...] e assume que o relacionamento essencial entre os dois opostos é conflituoso” (QIN, 2014, p.291), a dialética *Zhongyong* tem por base “centralidade, ou o meio termo, e harmonia, ou o relacionamento complementar entre dois opostos” (p.292). A perspectiva da dialética *Zhongyong* também parte da polaridade, mas, ao contrário da dialética hegeliana, essa polaridade é complementar. Trata-se de duas partes de um todo orgânico cujo relacionamento é complementar, de mútua complementação. Além disso, segundo Qin, os elementos essenciais e mais complexos dessa dialética são “o grau e a medida”. A dialética *Zhongyong* sempre visa ao meio-termo, nunca visando ao extremo, situação que é vista como perigosa. No entanto, segundo Qin (2014), essa dialética não se opõe à assertividade:

Em termos estratégicos, por exemplo, *Zhongyong* não quer dizer que não se deve ser assertivo, que se deve sempre manter um baixo perfil, e que nunca se deve buscar por conquistas, mas significa que se deve saber onde e quando ser assertivo, manter um baixo perfil e visar conquistas. (QIN, 2014, p.294)

Em essência, a Teoria Relacional da política mundial parte de um olhar orientado para as relações, enxergando um universo de inter-relacionamentos em que os atores existem enquanto atores em relacionamento com outros atores e que, em síntese, a relacionalidade é o fator que explica e guia a ação social (QIN, 2016, p.44). No centro da Teoria Relacional, Qin conceitua o *background knowledge* como o principal elemento que conduz a ação dos Estados e apresenta a dialética *zhongyong* não só como base para compreensão da política externa chinesa, mas também como elemento teórico para análise das RI como um todo.

Os elementos centrais das teorias de Yan Xuetong e Qin Yaqing foram brevemente apresentados com o intuito de expor as diferenças entre as duas principais teorias de RI chinesas. Ambas as teorias se preocupam em analisar a transição da política externa chinesa, no entanto, possuindo interpretações bem distintas do fenômeno. Suas interpretações serão apresentadas nesse artigo, após uma breve exposição da transição da política externa da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês.

A TRANSIÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Na primeira década do século XXI, era inegável que a China exerceria um papel de grande influência no Sistema Internacional. Com um crescimento econômico girando em torno de 10% ao longo da primeira década do novo século, que impulsionou os investimentos do país no exterior, o gigante asiático já consolidava sua política externa “[...] não baseada em potencial de longo prazo ou de seu eventual papel estratégico, mas em termos de poder de fato” (KISSINGER, 2011, p.471). A China não era mais um país no começo de uma transformação econômica, política e social, cujas consequências ainda não podiam ser observadas. Muito menos o país que passara a “humilhação” do imperialismo ocidental um século antes. Imperialismo esse que influenciaria de forma veemente na construção de um modelo econômico nacional-desenvolvimentista fortemente anti-imperialista. Esse anti-imperialismo também se encontrava presente nos princípios que conduziram a política externa do desenvolvimento pacífico, dentre eles a “[...] manutenção da paz, a não utilização

de políticas expansionistas pelo ponto de vista geopolítico, o desenvolvimento comum e a cooperação com outros países” (ALMEIDA, VILLALBA, 2017, P.76).

A partir de 2010, observaram-se, tanto dentro da China quanto internacionalmente, discussões em torno das mudanças ocorridas na política externa chinesa, sobretudo seu comportamento mais assertivo. A chegada de Xi Jinping ao cargo de Secretário Geral do PCC e presidente da China potencializou os debates em torno da política externa, após a apresentação do Sonho Chinês como conceito fundamental da nova política chinesa. Este conceito, além de “significar a realização do grande rejuvenescimento da nação Chinesa” (PU, 2017, p.131), também estipulou como objetivo central a transformação da China em uma sociedade próspera. Segundo Pu (2017), a ideia do rejuvenescimento nacional advém da necessidade de superação do “século de humilhação” e de restaurar “o lugar de direito da China no mundo como uma nação poderosa” (p.132). A adoção do Sonho Chinês como máxima do governo de Xi indica a mudança da política externa do país, saindo do modelo de *Keeping Low Profile* – KLP – com sua substituição pela abordagem *Striving for Achievement* – SFA.

Essa substituição se teria dado a partir da percepção da China como uma “potência global com vários interesses e responsabilidades, abandonando a abordagem de política externa conservadora e de baixo perfil que caracterizou a etapa inicial da era de reforma” (CHANG-LIAO, 2016, p.82). Essa mudança de perspectiva se iniciou após a crise de 2008 e tornou-se perceptível a partir da emergência de um novo discurso nas pautas da política externa chinesa, associado ao conceito de Sonho Chinês. Segundo Li e Poh (2017, p.85), Xi passou a adotar o conceito de “comunidade de comum destino” (*minyun gongtongti*), construindo um discurso de grande potência baseado na cooperação e no estabelecimento de parcerias, bem como propagando a necessidade de adoção de características chinesas na diplomacia mundial, de forma a contribuir para o desenvolvimento de um Sistema Internacional melhor.

No entanto, em conjunto com esse discurso mais direcionado para governança global, Xi Jinping assumiu um discurso assertivo no tocante à defesa dos interesses nacionais chineses e à soberania do país: “[...] a China irá adotar uma estância mais assertiva – com possibilidade do emprego da força militar – em vistas a defender o que Beijing percebe como os interesses centrais da China” (LI, POH, 2017, p.86).

As mudanças nas atitudes e nos discursos chineses são um forte indicativo para a transição do modelo de KLP da política externa da Ascensão Pacífica, para o modelo de SFA do Sonho Chinês. É necessário, no entanto, entender como esses modelos são definidos e como se aplicam na política externa chinesa.

O modelo de *Keeping a Low Profile* da Ascensão Pacífica

Segundo Pecequillo e Carmo (2014), os princípios norteadores da política externa chinesa foram estabelecidos por Zhou Enlai em 1950, consistindo nos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Dentre eles estão: “preservação da soberania e integridade nacional, a não agressão, a não ingerência/não intervenção em outras nações, a reciprocidade e a coexistência pacífica entre os Estados, independentemente de suas motivações ideológicas ou sistemas políticos” (CARMO, PECEQUILLO, 2014, p.38). Esses princípios guiaram a política externa da China nas últimas quatro décadas, tendo sido incorporados, sobretudo, por Deng Xiaoping, que adotou o mantra político de “esconder as capacidades e esperar o seu tempo”. Para Chang-Liao, “Beijing deliberativamente escolheu não exercer influência internacional compatível com sua crescente força econômica, mas, ao invés, focou na manutenção do crescimento e da estabilidade política” (2016, p.83).

O modelo adotado por Deng consistiu, portanto, na manutenção de um baixo perfil na política externa – *Keeping a Low Profile* (KLP). Esse modelo se manteve nos governos seguintes, sendo seu maior expoente durante o período caracterizado pela Ascensão Pacífica. O conceito da ascensão pacífica foi estabelecido em 2004, no governo Hu Jintao, visando responder de forma tranquilizante às preocupações globais quanto à ameaça chinesa. A base desse discurso era a defesa do crescimento e desenvolvimento chinês como benéfico ao resto do mundo, portanto um jogo de soma positiva, além de ser pacífico, isto é, com a ausência de interesses expansionistas (CARMO, PECEQUILLO, 2014). Esse conceito depois foi substituído pelo “desenvolvimento pacífico”, de forma a retirar a conotação de dominação que é possível inferir do termo ascensão.

O Desenvolvimento Pacífico exaltava a ausência de intenções de liderança global por parte da China: “A China deve sempre estar no Terceiro Mundo. A China nunca deve buscar a hegemonia e a China nunca deve buscar a liderança” (DENG, p.363). No entanto, conforme afirmado por Carmo e Pecequillo (2014), a KLP correspondia a uma época em que o poder chinês era mais frágil. Conforme o fortalecimento político e econômico tornou-se mais

sólido, os ganhos em assertividade levaram à transição do modelo da Ascensão Pacífica de *Keeping a Low Profile* para o modelo de *Striving for Achievement* (SFA) do Sonho Chinês.

O modelo de *Striving For Achievement* do Sonho Chinês

A política externa assertiva, introduzida no contexto de criação da máxima do Sonho Chinês, por Xi Jinping, consiste no modelo do SFA – *Striving For Achievement* (que aqui traduziremos como “buscando conquistas”). A adoção de um modelo de política externa com maior assertividade ganha respaldo na perspectiva chinesa do pós-crise de 2008, momento a partir do qual a percepção de que a China teria ganhado espaço no SI em relação às potências ocidentais e que “[...] seria oportuno para a China deixar sua marca no palco mundial, incluindo gradualmente moldar as normas e estruturas internacionais em benefício da China” (LI, POH, 2017, p.87). Com o modelo *Striving For Achievement*, a China passou a adotar um comportamento mais engajado no SI, sobretudo nas instituições internacionais, assumindo papel mais ativo na ONU, por exemplo, de forma a influenciar a mudança das regras internacionais em seu benefício. Segundo Li e Poh, em 2016, Xi Jinping fez uma reunião inédita com o Politburo para discutir questões referentes à governança internacional e declarou que “[...] é hora de a China assumir um papel mais ativo na governança global. [...] [também enfatiza] que a China deveria participar proativamente na modulação de regras internacionais em questões globais emergentes como o domínio marítimo [...]” (Ibidem). Isso demonstra a transformação da China de um receptor passivo das normas internacionais em um ator ativo em sua formulação, demonstrando a adoção de uma política externa de alto perfil.

Além da maior participação na governança internacional, a SFA se destaca na defesa dos interesses centrais chineses, sobretudo nas questões regionais de seu entorno geoestratégico. Essa preocupação chinesa se deu com o “recente aumento de tensões marítimas com seus homólogos asiáticos [o que] tem levado a nova administração a apresentar uma ênfase bem mais forte na prioridade da segurança da periferia da China” (CHANG-LIAO, 2016, p.84). Em relação a essa questão, a China tem buscado apresentar o seu desenvolvimento como propulsor do desenvolvimento regional de forma a “associar o conceito de Sonho Chinês com sua periferia para impulsionar a perspectiva de uma ‘comunidade de comum destino’ regional baseada em normas e identidades compartilhadas” (Ibidem). No entanto, a influência chinesa regional se dá, sobretudo, por meio da diplomacia

econômica, adotando uma política de “punição e premiação” frente aos países vizinhos. Se, por um lado, Beijing tem adotado incentivos econômicos para beneficiar países aliados, por outro, tem “[...] experimentado o uso de sanções econômicas para punir países que considera hostis” (CHANG-LIAO, 2016, p.86).

Além de sua relação com o entorno geoestratégico, Pequim passou a “demonstrar crescente impaciência em relação à relutância dos EUA em permitir que a China exerça maior influência nas estruturas existentes da governança global e em concordar com uma ordem política e econômica mais equitativa” (LI, POH, 2017, p.88). Diante desse cenário, a China passou a atuar de forma proativa, conforme a SFA, lançando iniciativas, dentre elas a da Nova Rota da Seda, que possibilitam a expansão de sua influência na governança regional e global, além de impulsionar ainda mais o seu próprio desenvolvimento.

A TRANSIÇÃO À LUZ DO DEBATE TEÓRICO

Apesar das mudanças do comportamento da China no tocante à política externa e sua participação na governança global, existe, na academia de RI chinesa, um forte debate teórico em torno da transição ocorrida entre os modelos de política externa de *Keeping a Low Profile* e *Striving For Achievement*. Dentre as principais teorias, duas se destacam: o Realismo Moral de Yan Xuetong e a Teoria Relacional de Qin Yaqing, apresentados na segunda seção deste artigo. Em vistas à relevância das duas abordagens na academia chinesa, a discussão teórica deste artigo terá como norte a exposição e comparação da visão destes autores.

No campo dos teóricos e analistas que defendem a substituição do modelo de KLP pelo SFA e que consideram a política da assertividade a mais eficaz aos interesses chineses, Yan Xuetong é o maior expoente. Yan sustenta sua argumentação a partir da abordagem teórica do Realismo Moral que parte dos seguintes pressupostos realistas:

Primeiro, a anarquia é a natureza do sistema internacional e dilemas de segurança são inevitáveis. [...] Segundo, a política externa visa conquistar interesses nacionais e poder internacional é uma parte importante do interesse nacional das grandes potências. [...] Terceiro, a competição por poder é um jogo de soma zero e conflitos estruturais entre a potência em ascensão e a potência estabelecida são inevitáveis. (YAN, 2014, p.159 e 160)

Em sua visão, é impossível que a China, nesse contexto, esconda seu poder, conforme determina a KLP, assim como é necessário que o país busque aliados estratégicos para o balanceamento de poder com a potência estabelecida. Fica claro que o autor confirma o

cenário de competição por poder entre a China e os EUA e se posiciona em favor de a China adotar uma política externa assertiva que vise aos seus interesses nacionais.

Para defender a SFA, o autor pontua, por meio do Realismo Moral, as diferenças existentes entre a SFA e KLP que impossibilitam a visão de complementariedade entre as duas políticas, conforme defendido por Qin Yaqing. Segundo Yan, a grande diferença entre a KLP e a SFA consiste nos objetivos a que estas visam. A KLP visaria estritamente o desenvolvimento econômico chinês, a economia tendo, portanto, primazia sobre a política. Já o “[...] objetivo da estratégia SFA também aborda a importância da paz e estabilidade regional, mas também enfatiza que a política externa deve servir à necessidade de rejuvenescimento nacional e não apenas desenvolvimento econômico” (YAN, 2019, p.166). O autor enxerga que o principal objetivo chinês é, em realidade, majoritariamente político, ao contrário da KLP. Até mesmo o estabelecimento de uma interdependência econômica regional atende prioritariamente aos objetivos de segurança regional, que é político.

A liderança moral e a credibilidade estratégica são conceitos presentes na obra de Yan Xuetong diretamente relacionados a sua visão da estratégia SFA. Além disso, considera esses elementos como chaves para moldar um Sistema Internacional propício ao rejuvenescimento nacional chinês. Para o autor “[...] a China não pode vencer a competição estratégica por liderança internacional com os Estados Unidos a menos que adote a estratégia da autoridade humana” (YAN, 2014, p.162). Entendendo o papel central da moralidade e da autoridade humana na teoria de Yan Xuetong, torna-se clara a necessidade de a China assumir responsabilidades internacionais e buscar o papel de liderança.

Logo, a SFA, segundo Yan, é o modelo correto de política externa a ser adotado pela China, tendo em vista que este prioriza os interesses políticos – a moralidade política – e visa ao protagonismo internacional, de forma a moldar o ambiente internacional em um espaço favorável ao próprio rejuvenescimento nacional. Ao contrário do que muitos teóricos chineses, como Qin Yaqing, argumentam, para Yan, a KLP não é a melhor forma de criar um ambiente internacional propício ao rejuvenescimento nacional. Segundo Yan, o abandono da KLP não implica a desestabilização do cenário internacional no qual a China se insere. Pelo contrário, para o autor, a SFA contribuiu para a estabilização das relações políticas entre a China e os EUA, a China e a Europa e a China e seu entorno regional. No caso da relação China e EUA, estabeleceu-se “um novo tipo de relações entre superpotências” que não consistia na

ausência de conflitos ou em uma relação próxima e amigável, mas sim em uma “[...] competição saudável, ou ao menos em uma competição pacífica” (YAN, 2014, p.171).

Yan Xuetong admite que, ao colocar o rejuvenescimento nacional como objetivo da SFA, é inevitável um cenário de conflito hegemônico entre a China e os EUA. Para o autor, a disputa hegemônica entre a China e os EUA é um fato dado. Yan argumenta que, nesse contexto de disputa, a busca por alianças é essencial, consistindo na principal estratégia de estabelecimento de liderança no SI atual. Isso posto, com a SFA, a China abandona o princípio de não alinhamento, historicamente adotado pelo país e endossado pela KLP:

A diretriz da SFA impulsionará a China a categorizar relações exteriores em quatro tipos, pilares estratégicos como a Rússia e o Paquistão, estados normais como a Alemanha e a Índia, competidor global apenas com os Estados Unidos, e países hostis como o Japão e as Filipinas. (YAN, 2014, p.70)

O que Yan argumenta, a partir da abordagem teórica do Realismo Moral, é que ocorreu sim uma transição de modelo de política externa da KLP para a SFA e que, além disso, a SFA é mais adequada aos interesses nacionais chineses, mais favorável à promoção do rejuvenescimento nacional. Ele assume que o conflito entre a China e os EUA é um fato, não uma possibilidade, e que, para que a China conquiste a liderança global, é necessário que ela adote uma autoridade humana moral, priorizando os interesses políticos, assumindo responsabilidades internacionais, sobretudo no campo da segurança, e busque aliados neste processo. Sua visão é, portanto, oposta à dos teóricos que apontam para a continuidade da KLP na estratégia de inserção internacional atual da China e que defendem a superioridade do modelo de baixo perfil aos interesses nacionais chineses.

Qin Yaqing, por outro lado, argumenta contra o que denomina de “discurso da assertividade” da política externa chinesa, defendendo que não houve ruptura do modelo da KLP e sua substituição pela SFA. Em sua visão, a melhor definição da atual estratégia de inserção internacional da China é a de continuidade através da mudança, uma vez que “[...] há evidências tanto de continuidade quanto de mudanças na política externa chinesa até o momento. Continuidade e mudança existem como dois elementos interativos e inseparáveis de um todo” (QIN, 2014, p.302). A base teórica que fomenta a análise de Qin Yaqing consiste em sua Teoria Relacional das RI, já mencionada, que leva em consideração o conceito de

background knowledge no centro da tomada de decisão do agente político e a *dialética Zhongyong* como a base do pensamento político chinês.

A partir da defesa da dialética *Zhongyong*, Qin defende que não houve substituição do modelo de política externa KLP pelo SFA, porque ambas são complementares, são polos mutuamente inclusivos do mesmo todo. Logo, não existe uma escolha entre os modelos, uma vez que ambos não são excludentes. O autor aponta que elementos tanto da política externa de baixo perfil, quanto da assertiva estão presentes na estratégia internacional da China atual, variando apenas em grau e medida de baixo perfil e assertividade.

Em sua crítica ao “discurso da adversidade”, Qin afirma que três grandes pilares da política externa chinesa atual apresentam continuidade em relação à KLP: os objetivos estratégicos finais, o desenho estratégico geral e as principais políticas estratégicas. Segundo Qin, o “[...] objetivo mais importante da estratégia internacional da China é servir ao objetivo geral do desenvolvimento doméstico, ou ‘rejuvenescimento nacional’ criado por Xi Jinping [...]” (2014, p.303). Não haveria, na perspectiva de Qin, um abandono da priorização dos objetivos domésticos por objetivos internacionais, como o de competição hegemônica com os EUA. A busca pelo desenvolvimento econômico, proporcionado por um ambiente internacional favorável, conforme os moldes da KLP, consistiria no modelo atual da política externa chinesa.

Além disso, o arranjo estratégico chinês, seu relacionamento com os demais Estados, manteria a seguinte organização, também aos moldes da KLP: “Grandes potências como a chave, países vizinhos como a prioridade, países em desenvolvimento como a base, e organizações multilaterais como plataformas importantes” (QIN, 2014, p.305). Segundo Qin, a priorização das relações com os EUA e as relações regionais, assim como o uso da diplomacia econômica e o princípio de não alinhamento serão mantidos pelo país. No tocante às relações com outras nações, Qin afirma que “[...] a intenção ao se tornar mais próximo destes países (Rússia e Coreia do Norte) não visa estabelecer uma aliança militar tradicional, mas sim implementar uma balança de relacionamentos” (Ibidem, p.308). Logo, em oposição à visão de Yan, Qin argumenta que a China não estaria buscando a formação de alianças que a pudessem fortalecer em um contexto de incremento de poder e disputa hegemônica com os Estados Unidos.

No entanto, o autor assume que mudanças ocorreram no discurso e na política externa chinesa, sobretudo após Xi Jinping. Essas mudanças consistiram, sobretudo, na

ênfase e rígida defesa daquilo que as autoridades chinesas determinam como “direitos legítimos e interesses nacionais”, sendo esses a segurança do sistema chinês, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico. O autor enxerga que esses três interesses estão interligados, uma vez que a segurança do sistema chinês é a prioridade máxima e tanto a soberania quanto o desenvolvimento econômico são fontes de legitimidade dele. Para Qin, a grande mudança observada na política externa de Xi é a rígida defesa dos interesses nacionais:

Nenhum país deve esperar que a China renuncie a nossos interesses nacionais, nem que ‘engula’ quando nossos interesses nacionais centrais estejam sendo prejudicados, o que inclui soberania, segurança e desenvolvimento. (XI, apud QIN, 2014, p.310).

Para Qin, não há substituição da SFA pela KLP. O que ocorre é a manutenção da política externa de baixo perfil para assuntos gerais e adoção de assertividade nas questões referentes aos interesses nacionais centrais da China. Em resumo, na visão do autor “[...] a medida mais importante é manter o baixo perfil quando questões referentes aos interesses nacionais não estão envolvidas, e se manter firme e adotar posicionamentos não ambíguos quando estiverem” (QIN, 2014, p.311).

AS DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO NA ACADEMIA CHINESA

Yan Xuetong e Qin Yaqing são os maiores expoentes do debate acadêmico das RI chinesas quanto à transição da política externa da Ascensão Pacífica para a do Sonho Chinês. O debate dos autores em torno da assertividade, da substituição da KLP pela SFA e da mudança, de fato, da política externa chinesa transborda para a academia chinesa como um todo, multiplicando as percepções relativas à transição.

Chang-Liao (2016), de maneira similar à visão de Yan Xuetong, defende que, após a crise de 2008 e, sobretudo, após a liderança de Xi Jinping, ocorreu a substituição da KLP pela SFA, a partir da adoção de maior assertividade. Para tal, Xi criou mecanismos de coordenação da política externa, como o Comitê de Segurança Nacional, de forma que os diferentes grupos envolvidos no planejamento e estabelecimento das estratégias internacionais chinesas se articulassem de forma conjunta. Além disso, em sua visão, outro fato que indica a adoção da SFA seria a maior participação multilateral do país, sobretudo via inserção em

fóruns multilaterais, como em sua atuação na ONU e na criação de instituições multilaterais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

Já a interpretação de Li e Poh (2017) sobre a transição pode ser considerada um meio termo entre a visão de Yan e a de Qin, ao argumentar que a fase inicial do governo de Xi foi marcada por uma política externa majoritariamente de transição, em vez de uma política completamente nova. Os autores reconhecem, no entanto, os esforços chineses que foram adotados a partir de 2012 em vista à expansão do poder e da influência chinesa regional e globalmente (LI, POH, 2017, p.84). Os autores ressaltam que a retórica chinesa pós Xi Jinping “[...] é marcada por um forte senso de conquistas civilizacionais chinesas e experiência histórica” (Ibidem, p.86). O uso desses elementos promoveria uma imagem positiva, benigna da atuação internacional chinesa. No entanto, Li e Poh também pontuam a cada vez mais forte presença nesta retórica da defesa dos interesses nacionais chineses, de forma veemente. Os autores apresentam trechos de discursos em que Xi afirma que a China “[...] se manterá no caminho do desenvolvimento pacífico, mas sem jamais desistir de seus direitos legítimos e sem sacrificar seus interesses nacionais centrais” (XI, 2013, apud LI, POH, 2017, p.86).

Por outro lado, Wei (2020) considera que os modelos de KLP e ASA (Achieving Some Achievement), que evolui para o SFA, “[...] complementam um ao outro criando uma unidade dialética [...]” (WEI, 2020, p.2) tal qual foram estabelecidas por Deng Xiaoping. Logo, Wei se aproxima da visão de Qin Yaqing, ao considerar ambos os modelos como partes complementares do mesmo todo. Na visão de Wei, o que ocorre com a política externa chinesa atual é o deslocamento da ASA para seu extremo mais assertivo. A ASA seria, portanto, uma política fluida, e se modificaria de acordo com as tendências políticas adotadas pela China em um contexto macro.

No tocante ao questionamento sobre o objetivo máximo da China, Pu (2017) argumenta que as elites chinesas têm uma clara direção geral, mas um incerto senso de direção final. É justamente nesses objetivos finais que há divergência entre os acadêmicos. Enquanto alguns acadêmicos defendem a ideia da China se tornar uma superpotência hegemônica, outros acadêmicos e oficiais do governo têm uma visão contrária. Por fim, quanto ao questionamento de qual estratégia a China deve adotar para atingir seus objetivos, encontra-se o debate em torno da continuidade de uma política de baixo perfil ou a adoção de uma política assertiva em uma nova era. Para alguns acadêmicos, a política assertiva de Xi

Jinping é o caminho que deve ser adotado pela China, em função de seu status de superpotência. Para outros, seria a permanência da política de baixo perfil, priorizando-se o desenvolvimento econômico chinês (PU, 2017, p.141). Dentre os pesquisadores que possuem uma visão abertamente crítica ao modelo atual da política externa chinesa, Xiang Lanxin se destaca.

Para Xiang, existe um abismo crescente entre o projeto de rejuvenescimento nacional e restauração do legado confuciano e a sua prática. Segundo Xiang, “o plano de restauração cultural de Xi deu errado desde o começo. Os passos em falso incluem a campanha nacionalista do ‘Sonho Chinês’, absurda campanha ideológica antiocidente e a falha campanha anticorrupção” (XIANG, 2016, p.53). O objetivo de Xi com essas campanhas, segundo Xiang, seria a restauração cultural da legitimidade confuciana de forma a promover a transformação da China em um Estado próspero e forte, isto é “a consolidação de poder com a ajuda de valores tradicionais” (p.56). Para Xiang:

Nas relações exteriores, Xi – apesar de sua limitada experiência geopolítica – tem sido excessivamente confiante. Ele estava infeliz com o que viu como uma postura fraca do líder anterior Hu Jintao. Abandonando a advertência da prudência de Deng Xiaoping, a política externa de Xi tem se transformado do baixo perfil para o alto, o que ele considera compatível com as crescentes responsabilidades e papel global da China. (Ibidem)

Além disso, na visão do autor, a ideia de que a China vai criar um modelo de ordem internacional, que substitua o modelo ocidental, é absurda, uma vez que esse caráter missionário não faz parte da cultura chinesa (XIANG, 2020, p.131). A inclinação pós-modernista da China, com o resgate da tradição confuciana e priorização das relações ético-humanas, pode contribuir para alterar a ordem atual. Segundo o autor, “Xi corretamente acredita que o paradigma da tradição versus modernidade perdeu sua validade em explicar a China contemporânea e muitos outros estados em ascensão” (XIANG, 2016, p.58). No entanto, Xiang afirma que Xi não foi eficiente em cumprir com essa perspectiva multicultural, uma vez que se recusou a fazer sérias reformas políticas. Além disso, sua campanha ideológica contra o Ocidente “é um ataque absurdo nos ‘valores universais’, um esforço mal orientado, que contraria o próprio projeto de rejuvenescimento cultural, que requiere mente aberta em vez de atitude xenofóbica [...]” (XIANG, 2016, p.59).

Sua crítica às falhas da liderança de Xi na condução da política externa da China se amplia ao afirmar que:

Simplemente repetir slogans vagos de política externa não irá produzir uma mensagem política e cultural de promoção da paz [...]. Se a China insiste na validade de seu próprio modelo de desenvolvimento doméstico em casa, precisa definitivamente explicar como o mundo poderá continuar seguro para todas as civilizações. Os líderes chineses precisam provar – em vez de apenas afirmar – que a restauração chinesa não irá produzir um conflito inevitável com a superpotência do momento. (XIANG 2020, 140)

Em resumo, a transição do modelo de baixo perfil da Ascensão Pacífica para o modelo de assertividade do Sonho Chinês é interpretada de diferentes modos pelos autores aqui expostos, mas a assertividade atual da inserção internacional chinesa é um consenso. Alguns autores enxergam a transição como uma mudança completa de paradigma de política externa, enquanto outros entendem a busca pela assertividade como algo fluido que evoluiu para o extremo da assertividade. Em geral, no entanto, os autores enfatizam que os ganhos da assertividade são verificados na atuação regional chinesa, principalmente no financiamento e desenvolvimento regional. Ademais, também se observa o maior envolvimento da China na governança internacional, sobretudo em sua participação em fóruns multilaterais e na criação de instituições internacionais. No entanto, também tem ganhado força a interpretação de que o abandono completo da política de baixo perfil, caso de fato tenha ocorrido, pode ter sido um enorme erro de Xi Jinping. Por trás deste debate sobre os rumos da política externa há, também, um debate teórico: até que ponto a transição do baixo perfil para a assertividade da política externa foi uma ruptura, como sugere Yan Xuetong, ou deveria ser conduzida de maneira dialética, como sugere Qin Yaqing?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2010, a política externa chinesa apresentou uma inflexão rumo à assertividade. Essa percepção se respalda na adoção de discursos mais fortes em defesa dos interesses nacionais e da soberania chinesa, popularizados, sobretudo, após a introdução do Sonho Chinês por Xi Jinping. A transição do modelo de baixo perfil da KLP para a assertividade da SFA se tornou assunto amplamente analisado e discutido no meio acadêmico. Ao mesmo tempo em que a política externa passava por uma transição, a academia chinesa vivenciou a criação de teorias de Relações Internacionais com

características chinesas. Isto é, a elaboração de teorias de RI a partir da filosofia e cultura chinesa, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da política internacional, a partir de um olhar chinês. Dentre as teorias criadas, destacam-se o Realismo Moral, de Yan Xuetong, e a Teoria Relacional, de Qin Yaqing.

A partir de suas teorias, tanto Yan quanto Qin analisam a transição da política externa da Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês. Se para Yan é claro o abandono do baixo perfil da KLP e a adoção da assertividade da SFA na inserção internacional chinesa, para Qin, ambos os modelos coexistem de forma complementar na atualidade. Inspirados nesses teóricos, diversos estudiosos interpretam a transição da política de maneiras distintas, promovendo o debate acadêmico em diversas instâncias. Dentre os estudiosos, há aqueles que, como Yan, acreditam no completo abandono da KLP e sua substituição pela SFA, de forma irreversível e como um sinal de força. Há também o grupo de estudiosos que percebem, assim como Qin, fortes elementos de continuidade na política externa chinesa atual. E, por fim, dialogando com ambas as abordagens, há autores que percebem o abandono da KLP como um enorme erro estratégico de Xi Jinping. No entanto, apesar das ressalvas de alguns autores sobre a continuidade da KLP, é consenso entre os pesquisadores que a China adotou uma série de mudanças em sua política externa, aumentando sua proatividade internacional. Dentre essas mudanças, destacam-se a maior participação na governança internacional, com intuito de moldar as regras internacionais em benefício da China, e a sua atuação política e econômica no entorno geoestratégico chinês. A exposição e análise do debate acadêmico teórico das RI chinesas no contexto da transição da política externa mostra-se relevante por ser uma importante ferramenta de compreensão do fenômeno. O estudo sistemático das teorias chinesas e dos debates acadêmicos de RI na China ainda são pouco conhecidos na academia brasileira. Tendo em vista o caráter ainda fechado do sistema político chinês, o que inclui o processo de tomada de decisão no campo da política externa, a análise dos principais teóricos e seus debates possibilita maior clareza na compreensão dos contornos da política externa chinesa, seu embasamento teórico e seus possíveis desdobramentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas; VILLALBA, Yuri. O terremoto promovido pela ascensão pacífica da China. **Revista Brasileira de Economia Política e História Econômica**, n. 3: 71-96. 2017.
- CARMO, Corival; PECEQUILO, Cristina. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? **Brazilian Journal of International Relations** 3, no. 1: 32-69. 2014.
- CHANG-LIAO, Nien-chung. China's New Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security** 12, n. 2: 82-91. 2016.
- DENG, Xiaoping. **Selected Works of Deng Xiaoping**, (1982 – 1992) Vol. 3. Beijing: Foreign Languages Press. 1994.
- FENG, Huiyun; KAI HE. The study of Chinese scholars in foreign policy analysis: an emerging research program. **The Pacific Review** 33, no. 3-4: 362-385. 2020.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva. 2011.
- LI, Mingjiang; POH, Angela. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security** 13, n. 2: 84-97. 2017.
- MONTENEGRO, Renan. Teoria das Relações Internacionais na China: Origem, Evolução e Debates Recentes. **39º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 38 – Teoria e prática das relações Sul-Sul. 2015.
- MONTENEGRO, Renan. Uma Visão Geral da Política Externa Chinesa Contemporânea: Estratégias, Atores e Instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations** 8, n 2: 298- 329. 2019.
- PU, Xiaoyu. Controversial Identity of a Rising China. **The Chinese Journal of International Politics** 10, n. 2: 131-149. 2017.
- QIN, Yaqing. A Relational Theory of World Politics. **International Studies Review** 18, n. 1: 33-47. 2016.
- QIN, Yaqing. Continuity through Change: Background Knowledge and China's International Strategy. **Chinese Journal of International Politics** 7, n. 3: 285-314. 2014.
- QIN, Yaqing. Development of International Relations Theory in China. **International Studies** 46, n. 1-2: 185-201. 2009.
- WEI, Ling. Striving for achievement in a new era: China debates its global role. **The Pacific Review** 33, n. 3-4: 413-437. 2020.
- XIANG, Lanxin. **The Quest for Legitimacy in Chinese Politics: A New Interpretation**. Abingdon and New York: Routledge. 2020.

XIANG, Lanxin. Xi's Dream and China's Future. **Survival** 58, no. 3: 53-62. 2016.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press. 2011.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics** 7, no. 2: 153-184. 2014.

YAN, Xuetong. **Leadership And The Rise Of Great Powers**. New Jersey: Princeton University Press. 2019.

Dados das autoras

Isabela Nogueira

Professora adjunta do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) e coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China), todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: isabela.nogueira@ie.ufrj.br.

Letícia Eloí Meira Fona

Mestranda no programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) no Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora associada do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China). E-mail: leticiaeloimf@gmail.com.